

# **Problemas Nacionais e Tendências da Gestão da Água**

## **RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS E INTERNACIONAIS**

**Sessão Técnica**

**Lisboa, 21 de Fevereiro de 2011**

Pequeno auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC



## Objecto da apresentação

- Caracterização
- Diagnóstico
- Perspectivas / Tendências



## Conteúdo da apresentação

- **Caracterização**
  - Metodologias
  - Dados
  - Análise e Resultados
- **Diagnóstico**
  - Problemas e causas
  - Hierarquização dos problemas
- **Perspectivas / Tendências**
  - Evolução sem medidas
  - Evolução desejável



## Caracterização

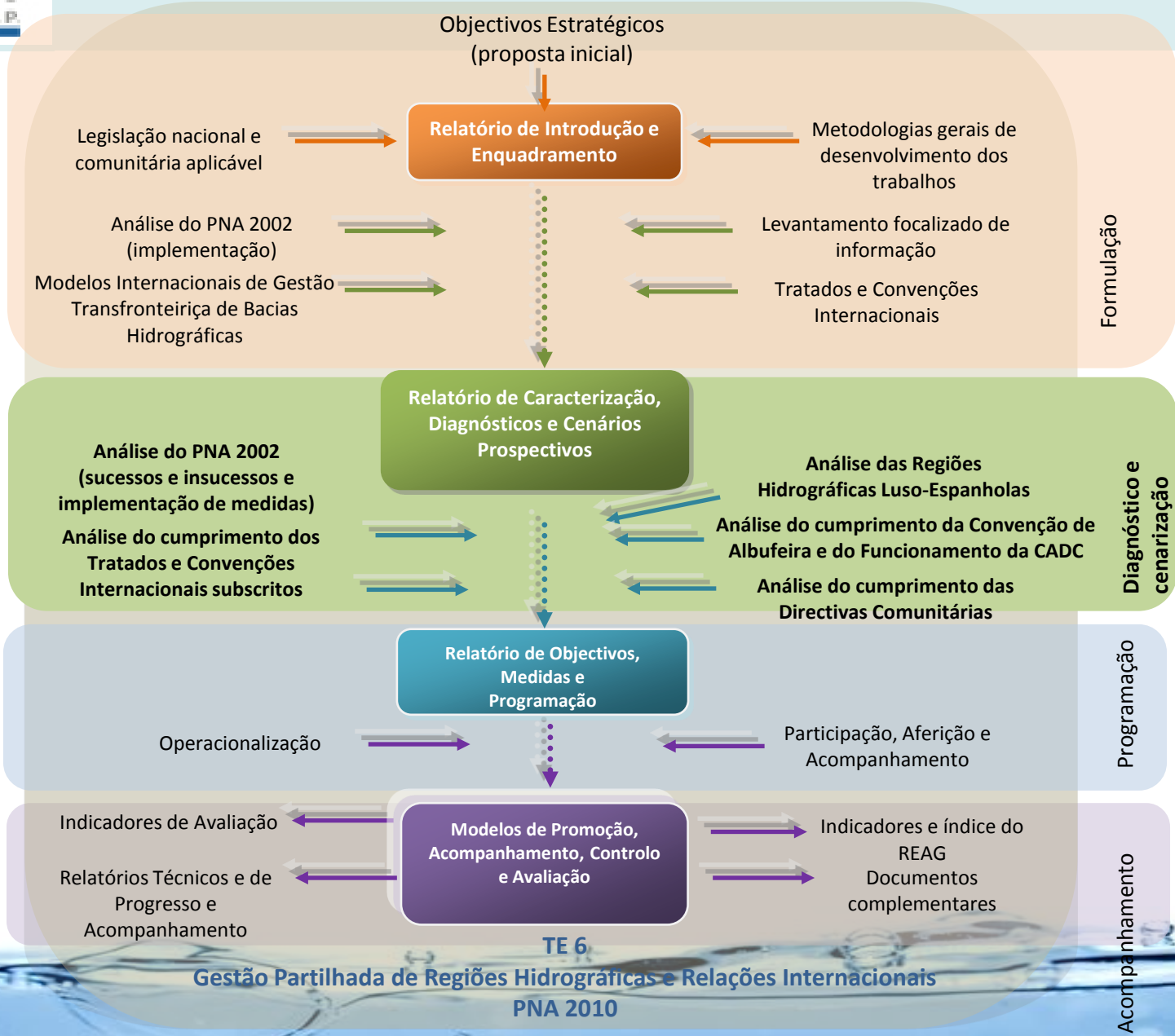
### Metodologias

A estruturação dos trabalhos foi desenvolvida sob os seguintes grandes pólos:

- Relações Luso-Espanholas
- Relações Internacionais
  - Direito Comunitário
  - Cooperação Internacional não UE
  - Cooperação Internacional no domínio da Água (não UE e não Lusófono)



**Metodologia geral dos trabalhos**



**TE 6**

**Gestão Partilhada de Regiões Hidrográficas e Relações Internacionais  
PNA 2010**

**Relatório de  
Caracterização,  
Diagnósticos e  
Cenários  
Prospectivos**

Análise do PNA 2002  
(sucessos e insucessos e  
implementação de medidas)

Análise do cumprimento dos  
Tratados e Convenções  
Internacionais subscritos

Análise das Regiões Hidrográficas  
Luso-Espanholas

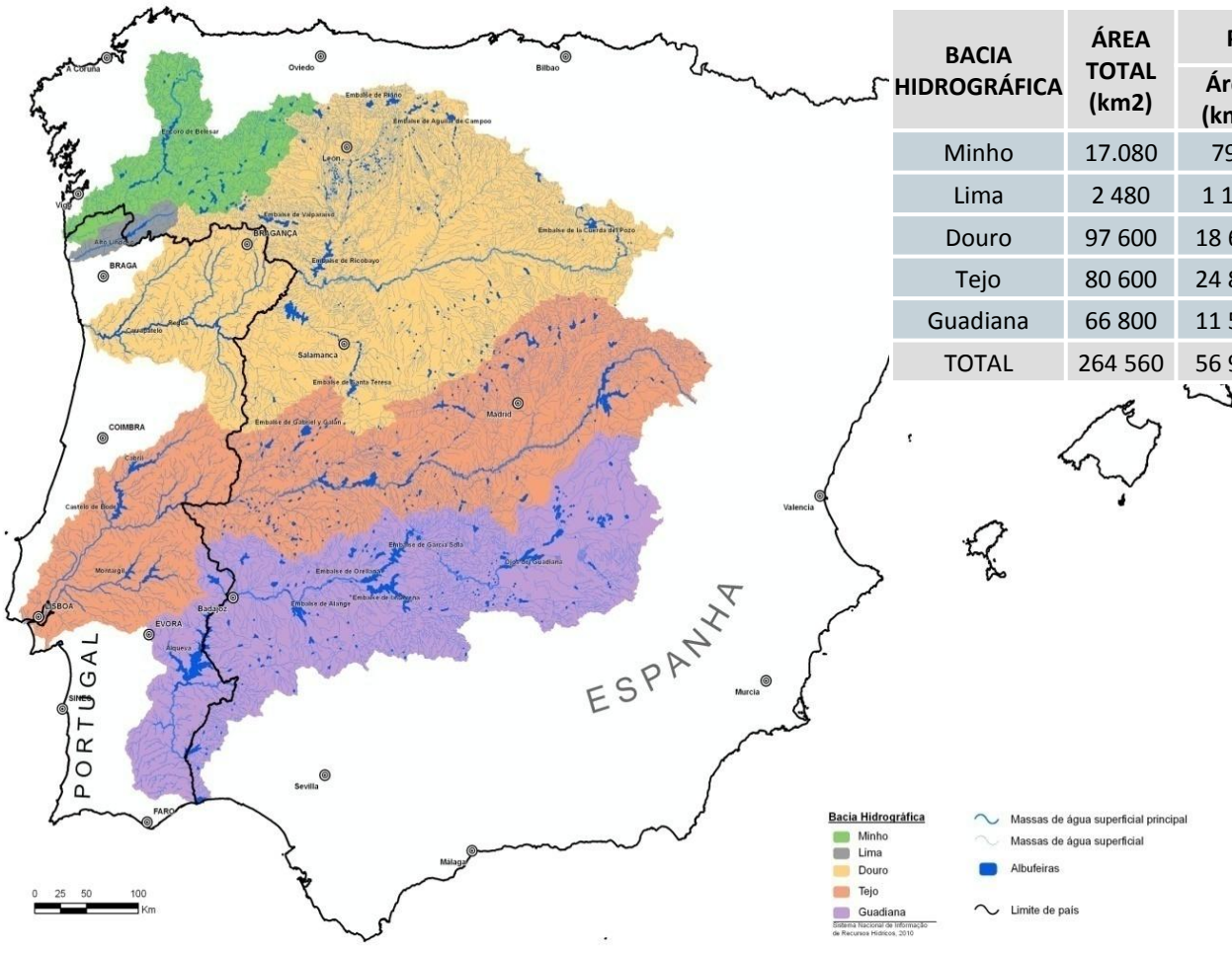
Análise do cumprimento da  
Convenção de Albufeira e do  
Funcionamento da CADC

Análise do cumprimento das  
Directivas Comunitárias



# Caracterização

## RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS - DADOS



BACIA HIDROGRÁFICA	ÁREA TOTAL (km <sup>2</sup> )	PORTUGAL		ESPAÑA	
		Área (km <sup>2</sup> )	%	Área (km <sup>2</sup> )	%
Minho	17.080	799	5	16 275	95
Lima	2 480	1 180	48	1 300	52
Douro	97 600	18 600	19	79 000	81
Tejo	80 600	24 800	31	55 800	69
Guadiana	66 800	11 500	17	55 300	83
<b>TOTAL</b>	<b>264 560</b>	<b>56 930</b>	<b>22</b>	<b>207 630</b>	<b>78</b>





## Caracterização

### RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS - DADOS

Bacias Luso-Espanholas	Portugal		Espanha (1)	
	Precipitação (mm)	Escoamento Médio Anual (hm <sup>3</sup> /ano)	Precipitação (mm)	Escoamento Médio Anual (hm <sup>3</sup> /ano)
Minho	2040	1000	1228	8285
Lima	2280	2000	-	648
Douro	1030	9200	611	13700
Tejo	830	6200	633	174
Guadiana	580	1900	521	92
<b>TOTAL</b>	<b>6760</b>	<b>20300</b>	<b>2993</b>	<b>22899</b>

(1)– Libro Digital del Agua ((Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2010)  
Plan Hidrológico de la Demarcación Hidrográfica del Miño-Sil  
Plano Nacional da Água (2002)







## Caracterização

### RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS – ANÁLISE E RESULTADOS



Cumprido

OBRIGAÇÕES NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE ALBUFEIRA (CA)	REF.ª DA CONVENÇÃO	Implementação
Acção coordenada nos sistemas de comunicação, alerta e emergência relativas a situações excepcionais, no que toca a cheias.	Art.º 11º, 18º	✓
Avaliação dos resultados obtidos e proposta de correcções sobre as medidas tomadas para prevenir, eliminar, mitigar ou controlar os efeitos da cheia. Realização de estudos conjuntos sobre cheias para definir as medidas conducentes à mitigação dos seus efeitos, em particular, as normas de operação das infra-estruturas hidráulicas pertinentes em situações de cheia.	Art. 18º	✓
Definição da localização precisa das estações de monitorização dos regimes de caudais, actuais e futuras, bem como as condições de instalação e de operação das mesmas estações.	Protocolo Adicional, N.º 2	✓



## Caracterização

### RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS – ANÁLISE E RESULTADOS

✘  
Não  
cumprido

OBRIGAÇÕES NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE ALBUFEIRA (CA)	REF.ª DA CONVENÇÃO	Implementação
Notificação simultânea à outra Parte da informação prestada por uma Parte à Comissão Europeia ou a outro órgão internacional	Art.º 10º, n.º 4	✘
Adopção de medidas e acções tendentes à racionalização e economia do aproveitamento dos recursos hídricos e coordenar a permuta de informação sobre as respectivas experiências e perspectivas	Art. 15º, n.º 3	✘
Acções relacionadas com a definição e a partilha de informação relacionada com os usos e necessidades de água.	Art. 15º, n.º 4	✘
Realização dos estudos necessários para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos dos troços fronteiros não contemplados nos Convénios de 1964 e 1968, no <u>prazo de dois anos</u> , prorrogável por comum acordo	Art.º 28º	✘
Definição de prazos razoáveis, não inferior a dois meses, no início de cada procedimento de avaliação de impacte transfronteiriço para a realização do mesmo.	Anexo II, n.º 2	✘
Estudo prioritário do aproveitamento sustentável do troço internacional do rio Guadiana, a jusante da secção de Pomarão e do troço internacional do rio Erges, na bacia hidrográfica do rio Tejo.	Anexo ao Protocolo Adicional, n.º 3	✘
Actualização, a cada cinco anos, dos valores médios dos registos do período 1945/46 a 1996/97 utilizados nas bases iniciais do regime de caudais	Anexo ao Protocolo Adicional, n.º 4	✘

## Caracterização

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIÃO EUROPEIA

- Transposição de todas as Directivas para o direito interno português e espanhol
- Incumprimentos – carências evidenciadas ao nível da monitorização e das infra-estruturas de abastecimento e tratamento
- 7 processos de infracção:
  - 4 processos relativos à Directiva 91/271/CEE - tratamento de águas residuais
  - 1 relativo à Directiva 80/778/CEE - qualidade da água para o consumo humano
  - 1 relativo à Directiva-Quadro Água - publicação e comunicação dos PGBH)
  - 1 relativo à Directiva 79/923/CEE - qualidade das águas Conquícolas



## Caracterização

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÃO UNIÃO EUROPEIA

- Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD (financiamento de que Portugal dispõe para efeitos de cooperação):

- Bilateral (ajuda directa ao beneficiário – ONG e projectos específicos, com maior significância em termos de financiamento)
- Multilateral (contribuição para os orçamentos das Organizações Multilaterais)



## Caracterização

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÃO UNIÃO EUROPEIA

- **Cooperação Portuguesa no Espaço Lusófono (alguns exemplos)**
  - CPLP (Plano de Formação sobre Recursos Hídricos, Projectos com a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (montagem de estações hidrométricas automáticas)
  - Moçambique, Protocolo Técnico para a Água e Saneamento entre o Instituto da Água (INAG), o IPAD e a Direcção Nacional de Águas de Moçambique
  - Brasil - Cooperação internacional em Águas Subterrâneas e Projecto de Cooperação Técnica entre o INAG e a Agência Nacional de Águas do Brasil





## Caracterização

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÃO UNIÃO EUROPEIA

- Portugal, enquanto membro da OCDE (membro fundador e participa activamente nas actividades da Organização)
- Cooperação portuguesa com as instituições financeiras (Banco Mundial e os Bancos Regionais de Desenvolvimento)
- Participação em Fundos e Mecanismos Financeiros Verticais (Fundo Global para o Ambiente e o Fundo Fiduciário UE-África para as Infra-estruturas)
- Participação nos Fóruns Mundiais da Água
- Comunidade Ibero-Americana (Programa de Formação Ibero-Americano da Água, em parceria com o Chile e a Argentina, coordenador da área temática “Obras Hidráulicas, Risco e Energia”)
- Relações Euro-mediterrânicas (realização de 4 Conferências Ministeriais sobre a Água)
- Cooperação portuguesa com o Médio Oriente e Magrebe (parcerias com Marrocos, Argélia e Tunísia)





## Diagnóstico

### RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS

#### Problema

Omissão no instrumento nacional de política da água ainda vigente de estímulos para o planeamento coordenado nas RHLE

Objectivos nacionais e sectoriais da política da água de Espanha sem reconhecimento em Portugal e indefinição da função de vigilância da Convenção

Controlo e verificação pela CADC de forma indirecta e diferida dos dados da monitorização dos caudais convencionados

Qualidade da água com origem em Espanha não garantida pela Convenção nem sistema de controlo convencionado para o efeito

Incumprimentos dos caudais fora do período de excepção

#### Causa

Desconhecida, embora pareça ser uma opção de natureza política

Locais e métodos de monitorização de caudais da CA propriedade de hidroeléctricas

A CA não estabelece objectivos de qualidade; inexistência de rede comum de monitorização, de harmonização de métodos e de parâmetros

Prevalência dos aspectos económicos sobre os ambientais e sociais

## Diagnóstico

### RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS

#### Problema

**Relações entre retenção de sedimentos nas albufeiras e perda de inertes na erosão costeira indeterminadas**

**Forte incidência dos efeitos da escassez e das secas nas RHLE concomitantes com intensas actividades socioeconómicas consumptivas de águas**

**Baixo nível de concretização das medidas e acções previstas nas Convenção luso-espanhola e modelo estatutário desactualizado**

**Défice de permuta de informação, sendo por vezes substituída inadequadamente por fontes da comunicação social**

#### Causa

**Omissão da questão dos caudais sólidos na CA e concentração de aproveitamentos hidroeléctricos**

**Insuficiente articulação política, institucional e técnica entre Portugal e Espanha para elaboração Planos de Região Hidrográfica - planos coordenados**

**Carências na eficácia e na proactividade da CADC na aplicação da CA**

**Estrutura da CADC desadequada ao seu âmbito de actuação, carências de meios e de personalidade jurídica e de orçamento autónomo**

**Composição da CADC oriunda da AP e participação pública aquém do nível preconizado pela DQA**

## Diagnóstico

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIÃO EUROPEIA

#### Problema

**Persistência de alguns incumprimentos, muitos dos quais resultantes em processos de infracção**

#### Causa

**Insuficiência de meios das entidades responsáveis e desarticulação de sistemas de monitorização e insuficiência de infra-estruturas**

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÃO UNIÃO EUROPEIA

#### Problema

**Tendência negativa dos apoios ao desenvolvimento da cooperação internacional**

**Reduzida implementação dos protocolos bilaterais e multilaterais celebrados sobre recursos hídricos**

#### Causa

**Diminuição da APD portuguesa dificultando o financiamento dos projectos de cooperação**

**Falta de avaliação da eficácia dos projectos previamente à sua aprovação e ausência de definição de uma estratégia de cooperação**

## Diagnóstico

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÃO UE E NÃO LUSÓFONAS

Problema

Causa

**Reduzida implementação das Convenções e dos Tratados Internacionais sobre recursos hídricos**

**Avaliação imprecisa da implementação e cumprimento das Convenções e dos Tratados Internacionais**

**Pouca divulgação dos benefícios e alcance pelas entidades portuguesas responsáveis pela sua implementação e monitorização**

**Inexistência de critérios, objectivos e metas quantitativos específicos do cumprimento e de meios e recursos técnicos dedicados à implementação**



## Diagnóstico

### Hierarquização dos Problemas



## Tendências

### Evolução sem medidas

- ❑ **Aumento das actividades consumptivas e potencialmente contaminadoras da água, por Portugal e Espanha**
- ❑ **Agravamento da qualidade da água nas RHLE e discrepância na sua avaliação entre Portugal e Espanha**
- ❑ **Incapacidade de impor o cumprimento da CA, especialmente aos agentes económicos privados**
- ❑ **Capacidade limitada no controlo e verificação dos valores de monitorização dos caudais convencionados, devido a esta não ser efectuada por intervenção directa CADC**
- ❑ **Incapacidade de dinamização da totalidade das actividades previstas na CA pela CADC**



## Tendências

### Evolução sem medidas

- ❑ **Desconhecimento e não participação do público e dos agentes económicos nas actividades da CADC e no cumprimento da CA**
- ❑ **Não preparação e não antecipação de Portugal perante as intenções espanholas para fazer cumprir as suas necessidades socioeconómicas associadas ao uso da água, devido à baixa permuta de informação e à não articulação/coordenação entre os países na elaboração de Instrumentos de Planeamento de Recursos Hídricos**
- ❑ **Agravamento nas disponibilidades de água nas RHLE, face ao cenários de alterações climáticas e aos usos intensivos de água, especialmente nas RHLE mais susceptíveis**





## Tendências

### Evolução sem medidas

- ❑ Não cumprimento de algumas obrigações comunitárias por Portugal e, assim, dificuldade em exigir o mesmo a Espanha, com consequências cumulativamente mais graves para o país de jusante
- ❑ Investimento numa cooperação internacional frustrante dos objectivos dos países envolvidos
- ❑ Subscrição de Instrumentos Internacionais para os quais não existe capacidade de implementação, acompanhamento e monitorização
- ❑ Desagravamento da importância da política nacional da água face a outras políticas sectoriais e transversais a esta e na própria agenda política nacional e internacional do país



## Tendências

### Evolução desejável

- ❑ **Maior dinâmica das actividades da CADC e efectivo cumprimento da CA, envolvendo a comunidade e os agentes económicos**
- ❑ **Maior eficácia e transparência na troca de informação entre as Partes na prossecução dos objectivos da CA**
- ❑ **Coordenação efectiva do planeamento das RHLE entre Portugal e Espanha**
- ❑ **Investir em relações estratégicas internacionais com as quais Portugal possa beneficiar técnica e institucionalmente, bem como expandir o mercado nacional associado à economia dos recursos hídricos**
- ❑ **Transformar a cooperação com os países CPLP em competências técnicas e meios de autonomização na gestão da água**
- ❑ **Adquirir meios e competências para fortalecer o corpo técnico e institucional do País, no *inforcement*, acompanhamento, monitorização, e respectiva actuação, no cumprimento do Direito Nacional, Comunitário e Internacional**



**Obrigada**

